



O TRABALHO E A LUTA PERMANENTE DOS PROFESSORES FRENTE AO CONTEXTO NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE O RIO GRANDE DO SUL

Clarice Zientarski - UFSM

Daniele Rorato Sagrillo - UFSM

Sueli Menezes Pereira - UFSM

Resumo: Este artigo analisa as contradições que envolvem o Governo Neoliberal e os direitos dos professores, no Estado do Rio Grande do Sul, no período entre 2007 e 2012. Trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo que utiliza aportes documentais e bibliográficos para análise. A pesquisa demonstra um aumento significativo das ações coercitivas do Estado, representado pelas instituições que lhe sustentam: Polícia Estatal, Poder Legislativo, Poder Judiciário com a função de coibir o movimento dos professores em suas reivindicações, através da proibição do direito à greve; intervenção no Plano de Carreira; negativa de cumprir com o pagamento do piso salarial profissional nacional. As ações que envolvem o Estado geram contradições, pois, se de um lado, enfraquecem a organização dos professores, também suscitam movimentos de resistências, que não são suficientes para atenuar o capital, ao contrário, ao fortalecê-lo, limitam o poder estatal, indicando que o Estado neoliberal enfraquece as instituições sociais, limitando a cidadania.

Palavras-Chave: Estado Neoliberal, Coerção, Professores, Cidadania.

Introdução

Este trabalho tem como proposta realizar uma leitura crítica das contradições que envolveram o Rio Grande do Sul, especialmente no período compreendido entre 2007 e 2012, a utilização do aparato coercitivo, conferindo especial atenção ao efeito desta conjuntura para os professores da Rede Pública Estadual de Ensino.

Nesta perspectiva, analisa os conflitos estabelecidos entre os movimentos realizados pelos professores na defesa de direitos anteriormente conquistados e as ações coercitivas de parte do Governo do Estado frente a estes direitos: Plano de Carreira, Cargos e Salários, direito de organização sindical, direito de greve, manutenção da escola pública como dever do Estado, pagamento do Piso Nacional de Salário dos Educadores, determinado pela Constituição Federal, entre outras conquistas.

Durante as gestões do Governo Estadual em análise, ocorre um “enxugamento” do Estado e suas políticas afetam diretamente a escola pública e os direitos dos professores. Na

gestão 2007-2010 as reações desses profissionais contra as ações do Governo não conseguiram impedir as punições, o fechamento de escolas, a transferências de professores, o cancelamento da efetividade dos grevistas, os descontos salariais dos dias parados, dentre outras medidas que culminaram com a retirada de direitos historicamente conquistados pela categoria. No que tange o atual Governo, gestão 2011-2014 ainda persistem as dificuldades da categoria dos professores, principalmente em relação ao não cumprimento da Lei nº 11.738, de 2008, que institui o Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

A opção metodológica constituiu-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, associando estudo bibliográfico à análise documental. Utilizou-se ainda depoimentos divulgados pela mídia gaúcha¹ sobre a temática em estudo, subsidiando assim, a análise sobre a ação do Estado Mínimo, no que diz respeito ao compromisso social e à retirada dos direitos sociais dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que faz uso do aparato coercitivo para impor suas ações.

Na atual gestão, a ideologia que permeia as ações no Estado do Rio Grande do Sul impôs condições, pressões políticas e institucionais, resultando em contenção de gastos e outras implicações, dentre estas se destacam as contradições entre a categoria profissional dos professores, as políticas públicas educacionais implementadas através de projetos de Governo e o trato com a categoria profissional dos professores. Os efeitos dessas práticas podem ser observados nas atitudes tomadas, em que o Estado mostrou-se fraco em relação à capacidade de diálogo, de negociação, de respeito para com os professores, evidenciando descaso para com a educação. Paradoxalmente, o Estado mostrou-se forte na defesa da ideologia neoliberal, de modo a dar sustentação às práticas político-econômicas inspiradas neste ideário, abdicando de importantes aspectos sociais em nome da estabilidade da economia. E este é o teor do trabalho que será tratado a seguir.

O Estado e o contexto Neoliberal

O Estado Moderno, como afirma Mézsáros (2002), é inconcebível sem o capital que lhe dá sustentação, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. Neste contexto, a partir de Karl Marx (2007), entende-se que a origem do Estado

¹ Gaúcha, ou gaúcho, refere-se ao cidadão nascido no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, bem como as instituições desse Estado.

está relacionada à divisão da sociedade em classes, tendo o Estado o papel de manter as contradições das classes sociais existentes.

Gramsci utiliza-se dos conceitos de Marx sobre o Estado, mas amplia esta compreensão. Para Gramsci o Estado, como uma instituição organizada, política, jurídica e social que ocupa um território, é composto pela sociedade civil e sociedade política, diferenciando-se pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Em conjunto, formam o Estado em sentido amplo: “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção”. Na sociedade civil, as classes sociais procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes dominantes impõem uma "ditadura", ou por outro lado, uma dominação fundada na coerção (GRAMSCI, 1978, p.39).

Nesse sentido, o Estado pode assumir um sentido amplo, em que a superestrutura caracteriza-se pela união de duas esferas: a sociedade política e sociedade civil. A sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado - coerção) é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. Essa propriedade identifica os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias.

Ao se utilizar da sociedade política, as classes exercem uma ditadura, uma dominação mediante coerção. A outra esfera, a sociedade civil (Estado ético), compõe-se de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, que podem ser: as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, dentre outros.

O Estado não produz a sociedade econômica, todavia expressa a sua condição à medida que a questão social é produzida e reproduzida na sociedade capitalista de forma ampliada. Essa situação se deve ao fato das relações de produção constituírem-se com base na estrutura da sociedade, conforme afirma Marx. A questão econômica também preocupava Gramsci que analisou a articulação presente entre ela e o Estado, afirmando que este é “instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 324).

Dessa apropriação resultou o surgimento do Estado que é capaz de assumir posições diferentes, desde que não fira os interesses de determinados grupos sociais. Buci-Gluckmann (1990, p.128), interpretando Gramsci, esclarece como e de que forma isso se consolida: “[...] Gramsci distinguirá [...] dois conceitos de Estado, ou mais precisamente *dois momentos da*

articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral) e o Estado em sentido amplo, dito integral”. O Estado em sentido estrito “se identifica com o governo e seu aparelho coercitivo” e o Estado em sentido ampliado “é composto pelo conjunto de meios de direção intelectual e moral, isto é, pelos aparelhos hegemônicos”.

A posição de Gramsci, apontada por Buci-Gluckmann, parece adequada para entender-se o momento vivido no Rio Grande do Sul no período em análise, em que o Estado, como sociedade política – governo – estabelece a coexistência de práticas de democracia representativas com políticas neoliberais. Gramsci (1978), ao analisar as sociedades ocidentais, quando trata do Liberalismo Econômico, auxilia no entendimento desse contexto, visto que ambos apresentam características semelhantes e subsequentes em que o Estado e a sociedade civil identificam-se na realidade dos fatos. Desta forma, pode-se entender que o Liberalismo, assim como o Neoliberalismo, é apoiado pelo poder estatal, sendo introduzido e mantido por via legislativa e jurídica.

Com base nisso, o Estado transfere para a iniciativa privada ou para o terceiro setor os serviços educacionais, sociais, científicos e culturais, ao mesmo tempo em que se utiliza de seu aparato coercitivo para impor suas propostas e reprimir movimentos reivindicatórios da sociedade. Essa prática, de uma maneira geral, caracteriza um Estado neoliberal, visto que o neoliberalismo assegura a postura de que o mercado, e não o Estado é o definidor de ações. Esse modelo defende, ainda, a desregulamentação total, a derrubada das barreiras comerciais e a livre circulação de bens, de trabalho e de capital.

Como assinala Giddens (1990, p.62), na sociedade capitalista “a autonomia do Estado é condicionada, embora não determinada num sentido forte, pela sua dependência da acumulação do capital, sobre o qual seu controle está longe de ser completo”. O neoliberalismo estabelece a prevalência quase que exclusiva do mercado como única instituição autorreguladora, tanto da alocação dos recursos econômicos, como das relações sociais e da sociabilidade (OLIVEIRA, 1999). Esse processo ocorre através da desvalorização de tudo aquilo que é público e pela emergência de um pensamento e de uma postura que se desloca, ao extremo, do público para o privado e do coletivo para o individual, implantando regras que devem ser seguidas, regidas pela soberania do mercado.

Sob essa ótica, o neoliberalismo – derivado do liberalismo econômico, político e social – é “um sistema de crenças e convicções aceitas sem discussões, que formam um corpo de sua doutrina ou corpo de idéias nas quais ele se fundamenta, constituindo uma ideologia” (CUNHA, 1979). Defende o individualismo, a liberdade e a propriedade, lembrando, com Marx (2011), que a propriedade não existe apenas como possibilidade daquele que possui o

direito de ser proprietário, mas como uma relação essencial que tem um papel fundamental no complexo sistema de classes e camadas sociais.

Tendo como propósito “combater o keynesianismo e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.10), fortalece a liberdade de mercado como resposta à própria crise do capital da década de 1970, na qual iniciou-se um processo de “reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação” (ANTUNES, 1999, p. 31) em favor da privatização, da desregulamentação dos direitos do trabalho e da desmontagem do setor privativo estatal como única forma de garantir a estabilidade e o crescimento econômico, o que justifica o combate à mobilização e poder dos sindicatos e do movimento operário que pressionavam por melhores salários, condições de vida e trabalho, uma contradição aos interesses do capital na sua ânsia de lucro.

Este processo, no contexto da globalização de mercados, imposto e aceito pelos países em consequência da internacionalização da economia, vem acompanhado de toda uma retórica neoliberal e neoconservadora com profundas consequências para a educação, como asseguram Frigotto (1995a; 1995b). Com a ascensão do neoliberalismo, diminuiu consideravelmente no Brasil e, em especial no Rio Grande do Sul, o investimento público em áreas como a educação, a saúde e a segurança social, sendo esses recursos reorientados para a criação de condições de investimento e de garantias aos setores privados. A economia do Estado não se tornou necessariamente mais competitiva, porém a desigualdade e a injustiça social cresceram com a consequente redução dos direitos sociais dos cidadãos. Os interesses privados sobrepõem-se aos interesses públicos, de caráter universal, o que pode ser comprovado no Rio Grande do Sul, tomando como base a análise das duas gestões do Governo do Estado em pauta.

O Rio Grande do Sul: a ampliação da coerção e o “estrangulamento” dos direitos sociais

As regras da globalização econômica (GIDDENS, 1990) conjugadas com as práticas neoliberais, ambas derivadas de modelos importados dos países desenvolvidos e impostas por instituições internacionais legitimadas para tal, acabam por se materializar como normas rígidas para o cotidiano dos Estados aos quais concedem empréstimos, por “opção” dos governos. No Rio Grande do Sul essa prática intensificou-se desde o ano de 2006, antes mesmo da Gestão 2007-2010, quando foi iniciada a articulação neoliberal que definiu metas para o Estado. Como resultado, o governo passou a abdicar de tudo o que se refere ao social, às condições de trabalho e salário dos servidores, em nome da estabilidade da economia.

Esse fato consolidou-se com o acordo entre o Estado do RS e Banco Mundial, assinado em setembro de 2008, através de um vultoso empréstimo. A partir desse convênio ficaram estabelecidos critérios claros que colocaram o Estado na condição de atender aos propósitos do neoliberalismo. Em nome do crescimento, da sustentabilidade fiscal e do desenvolvimento social, o empréstimo assinado deveria situar a economia gaúcha no interior das mudanças que o processo produtivo internacional experimentava, assim como seus desdobramentos em termos de produtividade, competitividade e relações de trabalho.

O contrato assinado em dinheiro é o maior concedido pela organização a um governo subnacional. De acordo com a matéria publicada pelo grupo Banco Mundial em seu site:

O empréstimo apoiará os esforços do Estado mediante a reestruturação de parte da dívida pública atual e a suavização de seu cronograma de pagamentos. O programa estadual tem base ampla e implica um processo plurianual de reformas, inclusive a racionalização do gasto público, a melhoria dos sistemas fiscal e de manejo da dívida, a redução de desequilíbrios previdenciários, a reestruturação da dívida do Estado, a modernização da gestão do setor público, a reorganização do funcionalismo e a melhoria da prestação de serviços públicos (BANCO MUNDIAL, 2009).

Naquele momento, e mesmo agora, com outro Governo, evidencia-se a contradição de que o acordo limitava e limita a ação do Estado, ao mesmo tempo em que pretende, através de um processo de mercantilização, dotar as esferas ocupadas monopolisticamente pelo Estado de maior dinamismo, competitividade e eficácia (GENTILI, 2007). Como Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p. 72) ressaltam: “um banco define as prioridades e estratégias para a educação”.

Com esse propósito, foram tomadas várias iniciativas para a educação como, por exemplo, o programa de gestão e avaliação da escola, prevendo inúmeras alterações para o sistema de ensino em nome da melhoria da qualidade e busca de melhores índices de desempenho escolar no cenário nacional. Essas modificações buscaram incorporar um discurso gerencial e impuseram um sistema de avaliação (SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul, criado por decreto do Governo do Estado em 2007). O propósito foi obter informações sobre a qualidade do ensino nas escolas gaúchas, realizado através de provas para posterior classificação das escolas de acordo com os resultados obtidos por seus alunos e obtenção de recursos repassados às escolas também de acordo com os resultados alcançados nessas provas (DECRETO nº 45.300/2007).

As modificações atribuem a culpa do fracasso da educação aos professores (SE /RS, 2009a), e os resultados do SAERS são usados para “Implementação de ações de formação

continuada de professores” e limitam a autonomia das escolas, ao estabelecer que os resultados servem para a “Identificação de escolas com resultados insuficientes para receber apoio do poder público e replanejamento de sua gestão e ação pedagógica”. Essas medidas visam, segundo o Estado (SE/RS, 2009a), a melhoria da qualidade, ampliação da autonomia escolar e a democratização da gestão da escola, a fim de que a instituição possa atingir os índices de aproveitamento e sucesso escolar dos países desenvolvidos. Não afirma, entretanto, que estas decisões estão em consonância com a política neoliberal e contam com a exigência e a anuência do Banco Mundial, assim como afirma Gentili (1996, p.24):

As políticas educacionais implementadas pelas administrações neoliberais permitem reconhecer uma série de regularidades que, para além das especificidades locais, caracterizam e unificam as estratégias de reforma escolar, levadas a cabo por esses governos [...] existe um *consenso estratégico* entre políticos, tecnocratas e intelectuais conservadores sobre como e com que receitas enfrentarem a crise educacional. Obviamente, tal consenso decorre da formulação de um diagnóstico comum (a partir do qual é possível *explicar e descrever* os motivos que originam a crise) [...] A experiência internacional parece indicar a existência de um *Consenso de Washington*, também no plano das políticas de reforma educacional. Na construção desse consenso desempenham um papel central as agências internacionais, em especial o Banco Mundial e, mais recentemente, uma série de intelectuais transnacionalizados (grifos do autor).

No decorrer das fases do desenvolvimento capitalista, o Estado tem tido por finalidade sustentar uma ação coercitiva e de “estrangulamento” dos direitos sociais, com o intuito de garantir os objetivos acumulativos e expansionistas do capital. Isto ocorre independentemente dos mecanismos utilizados, os quais, ainda que aparentem ser contraditórios, não deixam nenhuma possibilidade para que sejam colocados os interesses do trabalho acima dos interesses do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Partindo desse pressuposto, torna-se evidente que os processos de reestruturação educacional, propostos pelas políticas neoliberais, tenham um impacto sobre a educação e sobre o trabalho docente. Com efeito, são estas políticas de reestruturação educativas que estão presentes nas ações de parte do Estado sobre o trabalho docente, que aplicadas, exercem influência sobre o trabalho dos educadores, retirando direitos anteriormente conquistados, provocando reações de parte do professorado.

Muitas atitudes do governo do Rio Grande do Sul, durante o período de 2007 a 2010, revelam uma proposta contraditória às premissas de intervenção mínima do Estado segundo os preceitos neoliberais, de livre iniciativa, liberdade de expressão e manifestação e de direitos iguais. Cita-se como exemplo as ações violentas da Brigada Militar em reação às manifestações de professores. Conforme destacado na imprensa, o protesto em frente à casa

da Governadora provocou seis prisões em Porto Alegre. Na ocasião, a imprensa divulgou que a Governadora acusou os manifestantes de serem pagos para fazer o protesto.

Essas ações demonstram o caráter de ampliação do Estado no que tange à coerção e coação das manifestações populares. Segundo Weissheimer (2010), a Governadora ao nomear um comandante-geral considerado de “linha-dura” para a Brigada Militar, declarou guerra contra os movimentos sociais e o movimento sindical gaúcho, acionando a polícia através de seu comando geral para a repressão imediata sempre que houvesse alguma manifestação de protesto.

A partir dos fatos mencionados nos valem dos escritos de Buci-Gluckmann (1990), quando se refere ao aparelho de Estado trazido por Gramsci, para explicitar o papel da coerção na dominação e moralidade das massas e a omissão no que diz respeito aos direitos sociais dos cidadãos:

Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A *dominação* de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares (BUCI-GLUCKMANN, 1990, p.128).

O ideário da lei do mercado e da dominação capitalista tem chegado com bastante rapidez à educação e aos educadores no mundo capitalista. Chega ao Brasil ao Rio Grande do Sul, impondo condições em relação à formação e qualificação para a aceitabilidade de uma forma histórica de dominação. Isto requer desses sujeitos sociais e políticos um esforço redobrado no sentido de resistir às pressões políticas e institucionais contra a reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

A contenção de gastos públicos assumida pelo Governo insere-se em uma perspectiva de adesão ao neoliberalismo. Dentre as ações que emanaram como resultados dos acordos estabelecidos e divulgadas pelo Sindicato dos Professores no Jornal SINETA, publicação do CPERS², destacam-se as seguintes: a) implantação, pela Secretaria Estadual da Educação, do projeto que prevê a meritocracia (PLC N° 335/2009); b) contratação de professores sem concurso público, com aparições temporárias em várias escolas (SINPRO/2009)³; c) projeto de enturmação - expressão usada para designar a união de duas ou mais turmas com o propósito de reduzir gastos (SE/RS, 2009b); d) fechamento das turmas de EJA (Educação de

² CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicato de Professores).

³ SINPRO - Sindicato Nacional de Professores do Ensino Privado.

Jovens e Adultos), com a justificativa de que havia poucos alunos frequentando as aulas (SE/RS, 2009b); e) fechamento e a proibição de funcionamento da escola itinerante do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (CPERS, 2009a); f) proibição e cancelamento da cedência dos dirigentes de núcleos do CPERS (CPERS, 2009b), sendo que essa liberação tem como base o direito de liberdade de organização presente na Constituição Brasileira, assim como na Lei 9536/92 que atualizou a Lei 9073/90, na Constituição Estadual e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (CAMARGO, 2008).

O Governo proibiu o direito à greve dos professores através do Decreto nº 45.959, de 28 de outubro de 2008. Com isso, estabeleceu o corte compulsório da frequência, passando a valer a partir do dia em que o servidor paralisasse as atividades. Foram inúmeras as ações tomadas pelo Governo que confirmam seu compromisso com os organismos aos quais está atrelado, porém, de todas as atitudes tomadas, as que provocaram maior revolta foram: a intervenção no Plano de Carreira dos Professores, direito conquistado de muitas décadas e a negativa de cumprir com o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (CPERS, 2009c).

Diante dessas ações, os professores e seu sindicato reagiram timidamente em alguns momentos, em outros de forma intensa, realizando mobilizações e chamando a atenção da sociedade através de campanha de mobilização liderada pelo sindicato: luta pela manutenção do Plano de Carreira ameaçado de alterações pelo Governo através de passeatas e panfletagens em vários municípios do Estado; Assembléias regionais e estaduais; reuniões com comunidades escolares para divulgação da situação do magistério da escola pública estadual, o que levou à efetivação de duas greves rápidas.

Diante dos movimentos dos professores e seu sindicato, o Governo reagiu de diversas formas, inclusive com a força, como foi divulgado no jornal do CPERS/ Sindicato (CAMARGO, 2008):

Quando os professores e professoras estaduais se manifestavam de maneira pacífica, reivindicando seus direitos, (mas) foram atacados de forma repressiva por mais de 100 policiais. Sob supervisão direta do próprio comandante da brigada, eles estavam em cavalos, houve polícia de choque, policiais armados de escopetas, todo um aparato policial. Nem mesmo os deputados tiveram respeitada a sua imunidade parlamentar, além disso, o governo não recebeu os representantes dos professores (CAMARGO, 2008, s/p).

As ações por parte do Governo, neste episódio, foram divulgadas nos meios de comunicação no Rio Grande do Sul (rádios, jornais, internet, revistas, TVs). O Boletim “Carta Maior” divulgou nota protestando contra o Estado "antidemocrático que se instalou no Palácio

Piratini”⁴ (CARTA MAIOR, 2009), condenando a atitude do Governo em relação à arbitrariedade cometida expressa na repressão violenta às manifestações do professorado.

Os conflitos sociais ocorridos no Estado do RS também foram divulgados na Cronología del Conflicto Social (2008) pelos pesquisadores da OSAL/CLACSO, em matéria intitulada “Centrais sindicais e movimentos sociais fazem um ato na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul)”:

Os movimentos e centrais denunciam ainda o sucateamento das áreas de educação e saúde no estado e acusam a Governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de usar a violência para acelerar a redução de direitos dos trabalhadores. Para o Deputado Federal Adão Pretto do Partido dos Trabalhadores (PT), a violência da Brigada é resultado da fraqueza do Governo do estado. O Deputado Pompeo de Mattos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) promete levar as denúncias para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (OSAL/CLACSO, 2008).

Foram muitas as situações evidenciadas neste período que revelaram políticas de Estado em uma gestão fiscal que corta recursos de saúde e educação para zerar o déficit público. Nenhuma das atitudes considerou a realidade dos trabalhadores, a importância social de seu trabalho, as condições de trabalho, bem como a necessidade de melhorar a questão salarial. Pelo contrário, buscou agravar ainda mais as precárias condições de trabalho e o salário dos professores, propondo perdas significativas de direitos, inclusive direitos adquiridos previstos em lei.

Quando o atual Governo (2011-2014) assumiu, os professores, os movimentos sociais e demais servidores, de uma maneira geral, acreditaram que viveriam momentos diferenciados aos vividos anteriormente, o que efetivamente não se comprovou, no que diz respeito ao direito de greve, por exemplo, ou cumprimento da legislação por parte do governo.

Embora esse Governo apresente propostas voltadas para políticas sociais, as práticas neoliberais ainda se fazem presentes. Neste sentido, conforme Buchabqui (2011) “mudam os partidos e os governantes, mas parece que um mesmo modelo segue comandando os destinos da Administração Pública do Rio Grande do Sul”.

Buchabqui (2011, s/p) chama a atenção para o fato de que:

O pacote de medidas de "sustentabilidade" financeira apresentado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no início de maio de 2011, se constitui por três conjuntos de propostas que podem ser identificadas como: aumento ou criação de

⁴ Palácio Piratini – sede do Governo no Estado do Rio Grande do Sul.

tributos, redução nos gastos de pessoal e iniciativas para a limitação das despesas com o pagamento das dívidas judiciais.

Na mesma perspectiva, o jornal Sineta⁵ editado pelo CPERS denuncia: “Nos moldes das políticas neoliberais o governo do Estado tenta resolver os ditos problemas de caixa à custa dos trabalhadores” (SINETA, maio de 2011). As ações realizadas, pelo menos até este momento (março de 2012), não diferem tanto do governo anterior quanto esperavam os servidores, os movimentos sociais organizados, tais como o CPERS, e os demais trabalhadores.

Essa realidade pode compreendida com Lessa e Tonet ao afirmarem que:

Desconhecer que a sociedade ‘em seu conjunto’ não é homogênea enquanto for uma sociedade de classes, fragmentada por interesses antagônicos – e que o Estado e o Direito estão a serviço das classes dominantes-, tem levado os trabalhadores a se iludirem com propostas políticas irrealizáveis, que buscam eliminar o caráter de classe do Estado e do Direito e a humanizar o capitalismo (LESSA; TONET, 2008, p.102).

Desta forma, ao seguir o ideário neoliberal, a gestão atual do Governo do Estado adota muitas das ações desenvolvidas no período de 2007 a 2010. A derrota nas eleições da ex-governadora e a vitória de um importante representante gaúcho de “esquerda”, retratavam naquela época uma esperança de mudança da situação vivida. No entanto, mais depressa do que o esperado, a expectativa de mudança virou frustração após um ano de governo, as propostas de alteração dos critérios de avaliação através de decreto, que introduzem a meritocracia, o não pagamento do Piso nacional de salários e a reformulação do ensino médio foram o estopim para que a categoria respondesse com a greve os ataques deste governo. Além disso, o governo “aplicou um calote nos credores de Precatórios e RPV's e instituiu a privatização da previdência dos futuros servidores” (CPERS, 2011).

Nenhum dos compromissos assumidos com os educadores foi cumprido. O Sindicato dos Professores vai além das denúncias e acusa o Governador ao assegurar que :

[...] dizia que iria pagar o Piso Salarial já que é o 'Pai do Piso', hoje diz que 'não prometeu pagar o piso, imediatamente, mas criar condições para pagá-lo...' O QUE É ISSO?! Será que criar condições para pagá-lo é MUDAR O PLANO DE CARREIRA?! Enxugar o número de Trabalhadores na Educação, via reformulações no sistema, municipalização e terceirização? (CPERS, 2011).

A situação entre o Governo do Estado e o sindicato dos professores é extremamente delicada, e permeada por contradições, à medida que o próprio Sindicato manifestou-se

⁵ O Jornal Sineta é editado pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul- CPERS/Sindicato.

durante o governo anterior, favorável à necessidade de substituir um governo desacreditado e comprometido com a elite e acreditar em um governo comprometido com as “causas populares” (CPERS, 2009). Denuncia o sindicato que considerando que o governador atual ocupou a pasta como Ministro da Educação antes de candidatar-se ao Governo do Rio Grande do Sul e na ocasião:

[...] conseguiu aprovar uma lei federal estabelecendo um piso para os professores estaduais. Fixou-se, como critério de reajuste, o chamado custo-aluno do Fundeb, o que dá, hoje, mais de 22%. O presidente Lula sancionou a lei, contrariando recomendações da sua equipe econômica, e mandou imediatamente um projeto para a Câmara de Deputados alterando o índice de reajuste para o INPC, que daria, hoje, em torno de 6,5%, a inflação. (SILVA, 2012, s/p).

O Governo tomou diversas iniciativas que só trouxeram prejuízos à educação. A reforma do ensino médio criticada e rejeitada pelo magistério gerou um verdadeiro caos no início do ano letivo de 2012. Instalou-se uma grande confusão nas escolas, e o concurso público que desde 2005, não ocorria no Estado, apenas neste momento (2012), está com processo iniciado, com isso faltam professores e funcionários nas escolas. Esta situação leva o CPERS a afirmar que ao estar a serviço das grandes empresas, o governo tenta impor, autoritariamente, uma reforma que prejudica e discrimina os estudantes das escolas públicas.

Considerações Finais

A partir das ações governamentais apresentadas, percebe-se que, apesar do neoliberalismo depender de intervenção mínima do Estado (política e economicamente) – Estado Mínimo, quando se trata de defender os interesses do próprio Capitalismo, o Estado amplia seu poder, só que de forma coercitiva e de “estrangulamento” dos direitos sociais. Essas contradições que envolvem o Estado Neoliberal geram, de um lado, o enfraquecimento do poder do sindicato dos professores, o descrédito quanto às expectativas sociais em relação à escola pública e, por outro lado, fortalecem o capital, ao mesmo tempo em que esse limita o próprio poder estatal.

Para que seja possível uma mudança de cenário, como salienta Semeraro (2006, p. 387), as preocupações do legado de Gramsci apresentam-se “em termos de uma luta social, histórica e política para construir a hegemonia da democracia popular”. Assim, “os governantes e os governados, o instituído e o instituinte precisam interagir dialeticamente para chegar a construir um organismo social com dimensões ético-políticas”.

Diante deste contexto, no entanto, são nítidas as constatações já elaboradas por intelectuais, como Filgueiras (2006), por exemplo, sobre a incapacidade do projeto neoliberal conseguir construir consenso entre as classes:

Na formulação gramsciana, a classe ou fração de classe hegemônica é aquela que ocupa/exerce o lugar/função mais estratégico(a) e decisivo(a) no modo de acumulação num determinado período histórico e, a partir de seus interesses específicos – econômicos e políticos –, consegue soldar organicamente (compatibilizar) os interesses das demais frações do capital, de forma que a sua dominação é aceita (consentida) por estas últimas. Quando a fração de classe hegemônica consegue também expressar e articular os interesses das frações de classes subalternas, essa hegemonia se estabelece sobre o conjunto da sociedade, obtendo-se, assim, um consenso. Segundo Gramsci, quando isso ocorre, o grupo social hegemônico afirma sua capacidade de liderança e direção política, intelectual e moral. [...] uma das dificuldades do projeto neoliberal, sob o comando do capital financeiro, está, justamente, na incapacidade de transformar sua dominação em hegemonia, isto é, de construir um consenso para além do bloco dominante, incorporando os grupos sociais subalternos da sociedade (FILGUEIRAS, 2006 p.183).

Essa afirmação de Filgueiras (2006), baseada nos estudos de Gramsci, justifica os acontecimentos no Estado do Rio Grande do Sul nas gestões investigadas, uma vez que, apesar de toda a ampliação de poder por parte do Governo, contando com o apoio da sociedade civil, meios de comunicação, aparato político e militar, não conseguiu manter-se como hegemônico. A população do Estado reagiu e respondeu através da eleição, ocorrida no final de 2010, derrotando a Governadora que foi candidata à reeleição. Isso evidencia que a sociedade tem a seu favor a possibilidade de votar/eleger seus governantes como uma das formas (talvez a única) de resistência e mudança no contexto capitalista, embora a democracia que vivenciamos não represente uma verdadeira democracia popular.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R.. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

BUCHABQUI, J. **O novo pacote do déficit zero**. Disponível em:
<<http://nucleo14cpers.blogspot.com.br/2011/05/encontro-estadual-sobre-precatorios-e.html>>
Acesso em: 04 jun. 2011.

BUCCI-GLUCKMANN, C.. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1980.

CAMARGO, M. **Governo Yeda ataca professores do CPERS com tropa de Choque**. Disponível em:
<http://www.al.rs.gov.br/dep/site/materia_antiga.asp?txtIDMateria=212165&txtIdDep=137>
Acesso em: 24 set. 2008.

CARTA MAIOR. **RS vive estado de sítio, denuncia CUT**. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15049>
Acesso em: 12 jan. 2010.

CPERS. **Criminalização dos movimentos sociais é política de Estado no RS** (15º Núcleo). Disponível em: <<http://www.cpers15nucleo.com.br/index.php?id=not271>> Acesso em: 21 nov. 2009.

CPERS. **Promessas engavetadas**. Disponível em:
<<http://nucleo14cpers.blogspot.com.br/2011/11/adesao-greve-na-regiao.html>> Acesso em: 21 nov. 2011.

CUNHA, L. A. R. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil** (4ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras>> Acesso em: 20 jul. 2006.

FRIGOTTO, G.. Os delírios da razão; crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995ª.

_____. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995b.

GENTILI, P. (Org.) **Pós Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Na América Latina o neoliberalismo mostrou de forma evidente as perversidades do seu projecto. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/34855>> Acesso em: 20 jul. 2007.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Ed Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do Cárcere** (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia: A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **BM e Rio Grande de Sul selam empréstimo US\$ 1,1 bi para crescimento, sustentabilidade fiscal e desenvolvimento social**. Disponível em:
<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21859503~menuPK:3817195~pagePK:2865066~piPK:2865079~theSitePK:3817167,00.html>> Acesso em: 12 mar. 2009.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal, In: OLIVEIRA F.; PAOLI, M. Célia (orgs.). **Os Sentidos da Democracia**: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global. Petrópolis: Vozes, pp. 55-82, 1999.

OSAL/CLACSO. **Brasil: Cronología del conflicto social** (Noviembre, 2008). Documento de trabajo N° 228 Realizado por el Comité de Seguimiento del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana de Brasil. Disponível em:

<www.clacso.org.ar/.../descargar.php?...Brasil%20Cronolog%EDa%20Noviembre%202008>

Acesso em: 26 set. 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de lei complementar PLC 335/2009**. Disponível em:

<<http://proweb.procergs.com.br/diario/da20091118-01-100000/ex20091118-01-100000-plc-335-2009.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2009.

_____. **Decreto 45.300 de 30 de Outubro de 2007**. Disponível em:

<http://www.educacao.rs.gov.br/dados/atoslegais_decreto_45300.pdf>

Acesso em: 20 set. 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - **SE/RS**

SAERS - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/saers.jsp?ACAO=acao1>> Acesso em: 18 out. 2009a.

_____. **Educação divulga organização das turmas das 2,8 mil escolas da rede pública estadual**. Disponível em:

<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=1&ID=3758>

Acesso em: 29 nov. 2009b.

_____. **Decreto nº 45.959, de 28 de outubro de 2008**. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=52166&hTexto=&Hid_IDNorma=52166> Acesso em: 13 ago. 2009.

_____. **SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul**.

Criado por decreto do Governo do Estado em 2007. Disponível em:

<<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/saers.jsp?ACAO=acao1>> Acesso em: 12 jan. 2010.

SEMERARO, G. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos**.

CEDES [online]. 2006, Vol.26, n.70, pp. 373-391. ISSN 0101-3262. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>> Acesso em: 23 set. 2006.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C.M; EVANGELISTA. O. **A Política educacional** (3ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, J. M. da. **O rolo do Piso**. Disponível em:

<<http://nucleo14cpers.blogspot.com.br/2012/01/cpers-marca-assembleia-para-marco.html>> Acesso em: 05 fev. 2012

WEISSHEIMER, M. A. Yeda Cruzius manda Brigada Militar reprimir protestos contra Governo. **Boletim Carta Maior** (Quarta-Feira, 03 de Novembro de 2010). Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15049
Acesso em: 12 dez. 2011.